

O turismo na construção da ideia de patrimônio mundial (Unesco, 1960-1980)

Valéria Fernanda Serpa Steinke

Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville
(Univille), Joinville, Santa Catarina

Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU/FUMDES

 <https://orcid.org/0000-0001-6106-3759>

E-mail: steinkevaleria@gmail.com

Ilanil Coelho

Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina

 <https://orcid.org/0000-0002-2903-404X>

E-mail: ilanilcoelho@gmail.com

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina

 <https://orcid.org/0000-0002-6757-4151>

E-mail: fernandosossai@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como temática central a construção da ideia de patrimônio mundial e suas interfaces com o turismo no âmbito da Unesco, nos anos de 1960 a 1980. Durante as discussões da construção da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco de 1972), em que termos estava sendo pensada a aproximação entre patrimônio (mundial) e turismo? Nesse sentido, localizar, compreender e problematizar como se deu esse rearranjo no âmbito da Unesco é o principal objetivo deste trabalho, que está dividido em duas partes. Na primeira delas, evidencia-se a emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial e, na segunda, o turismo com ênfase no patrimônio no âmbito da Unesco. Como resultado, inferiu-se que antes da criação da Convenção do Patrimônio Mundial, já havia interesses (notadamente econômicos) em utilizar o patrimônio (mundial) como um recurso para o turismo.

Palavras-chave: Patrimônio; Patrimônio mundial; Turismo; Unesco; Interesses econômicos.

Tourism in the construction of the idea of World Heritage (Unesco, 1960-1980)

Abstract: This article has as its central theme the construction of the idea of world heritage and its interfaces with tourism within Unesco, in the years 1960 to 1980. During the discussions on the construction of the Unesco's Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1972) in what terms was the approximation between (world) heritage and tourism being thought? In this sense, locating, understanding and problematizing how this rearrangement took place within Unesco is the main objective of this work, which is divided into two parts. In the first one, the emergence of tourism in the debate on world heritage is evident and, in the second, tourism with an emphasis on heritage within the scope of Unesco. As a result, it was inferred that before the creation of

the World Heritage Convention, there were already interests (notably economic) in using (world) heritage as a resource for tourism.

Keywords: Heritage; World heritage; Tourism; Unesco; Economics interests.

Texto recebido em: 09/12/2022

Texto aprovado em: 10/05/2023

Introdução

Neste artigo¹, dar-se-á ênfase aos debates que evidenciam o turismo na construção da ideia de patrimônio mundial junto à Unesco. Para tanto, a pergunta norteadora que motivará as discussões deste trabalho é: qual o papel do turismo na fabricação do patrimônio mundial?

Com o intuito e a necessidade de fundamentar, problematizar e sustentar as investigações interdisciplinares acerca da relação entre patrimônio e turismo a serem aqui percorridas, foram utilizadas variadas tipologias referentes às fontes bibliográficas, como, por exemplo, artigos, livros, documentos institucionais da Unesco e cartas, recomendações e convenções que fazem parte da história do patrimônio.

Além da pesquisa de caráter bibliográfico, este trabalho foi nutrido com fontes advindas de pesquisa documental (realizada pelos autores deste trabalho), as quais foram obtidas em julho do ano de 2018, na sede dos Arquivos da Unesco, em Paris, na França. No total, foram digitalizadas por meio de fotografia com aparelhos celulares, aproximadamente, 4.200 laudas referentes a documentos institucionais (principalmente da Unesco), as quais foram lidas e fichadas nos meses subsequentes à visita *in situ*.

Na esteira desses acontecimentos, a primeira parte deste artigo, intitulado como “A emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial”, tem como objetivo identificar o início do processo que incluiu o turismo nas relações concernentes ao patrimônio mundial, ao passo que irá expor quais eram as intenções e os sujeitos que possuíam interesse de inserir o turismo no campo patrimonial.

Já a segunda seção do trabalho, intitulado como “O turismo com ênfase no patrimônio no âmbito da Unesco”, trará à tona as tensões que envolvem a relação

paradoxal entre patrimônio e turismo no seio da Unesco, notadamente no que concerne às décadas de 1960 e 1970, mas, por vezes, ampliar-se-á o escopo da discussão também para a contemporaneidade. O tópico será amparado em bibliografias sobre a temática central, mas também, nos documentos coletados em pesquisa documental contextualizada acima.

Analisar em que termos estava sendo pensada a aproximação entre turismo e patrimônio a partir da construção da Convenção do Patrimônio Mundial (1972) será a problematização principal deste artigo.

A emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial

Segundo o historiador e geógrafo David Lowenthal (1996), “o patrimônio está em todos os lugares – nas notícias, nos filmes, no mercado – está em tudo, desde as galáxias, até nos genes. Ele é foco principal do patriotismo e a atração principal do turismo” (LOWENTHAL, 1996, p. XIII, tradução nossa). Para o autor, “as parafernalias do turismo cultural” (LOWENTHAL, 1996, p. XVI, tradução nossa), estão em toda a parte e são constituídas dos mais variados objetos, desde artefatos pré-históricos como tumbas de faraós, até bens passivos de restauração e histórias supostamente dignas de reencenação.

Conforme o autor, “o brilho do lucro domina o turismo patrimonial” (LOWENTHAL, 1996, p. 116, tradução nossa). Consequentemente, de acordo com o autor, o turismo patrimonial se tornou o principal fator de crescimento do setor de viagens e turismo em 1992.

Concordando com Lowenthal (1996), Bertacchini (2016) afirma que “estar na Lista (do Patrimônio Mundial) é algo altamente desejado por muitos Estados, pois isso pode trazer atenção e receitas advindas do turismo” (BERTACCHINI *et al.*, 2016, p. 2, tradução nossa). Mas como se deu essa emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial? Os autores fazem um questionamento que vai na mesma direção: “Por que a seleção de locais do patrimônio mundial se tornou uma questão internacional tão importante?” (BERTACCHINI *et al.*, 2016, p. 2, tradução nossa). A resposta a essa pergunta é o que este artigo busca problematizar e responder partindo da análise e investigação dos termos em que estava sendo pensada a aproximação entre patrimônio e turismo no contexto de construção da

Convenção de do Patrimônio Mundial de 1972 e qual era o papel do turismo na fabricação do patrimônio mundial.

De acordo com Costa (2012),

Vive-se a era da visibilidade suprema dos bens culturais e naturais do mundo, ou seja, uma época em que as cidades antigas espalhadas pelo planeta são refuncionalizadas em nome do desenvolvimento econômico local com o chamado turismo cultural (COSTA, 2012, p. 5).

Costa (2012) afirma que, no contexto histórico do início da década de 2010, mais especificamente, em 2012, estava-se vivendo uma era onde os bens culturais e naturais do mundo, enfaticamente, as cidades antigas, estavam sendo objetos de mudança, sendo reestruturadas e sofrendo ressignificações. Todavia, esse movimento não teve início em 2012 ou no século XXI. Já em 1978, quando houve a nomeação dos primeiros bens considerados patrimônios mundiais², dois dos 12 patrimônios considerados mundiais naquela ocasião eram centros históricos de cidades, quais sejam: o Centro Histórico de Quito, no Equador, e, também, o Centro Histórico de Cracóvia, na Polônia.

Em se tratando do formulário de aplicação para a nomeação da cidade de Quito, a justificativa presente no documento para a inclusão da cidade na Lista de Patrimônios Mundiais da Unesco é de que “Quito forma um conjunto harmônico *sui generis*, onde as ações do homem e da natureza são reunidas para criar uma obra única e transcendente de sua natureza” (ICOMOS, Advisory Body Evaluation, 1978, p. 2, tradução nossa).

A respeito do formulário de inscrição do Centro Histórico de Cracóvia, este contém mais de trinta linhas que justificam por que tal sítio deveria entrar para a Lista do Patrimônio Mundial. Alguns dos motivos expostos pelo Estado-Parte em questão, foi que o Centro Histórico da Cracóvia constitui um dos mais notáveis complexos artísticos e culturais da Europa, e que emergiu como um imponente centro urbano por causa da riqueza do seu design urbano original. Além disso, a cidade da Cracóvia, um dos maiores centros de comércio Europeu, foi também um importante ponto referencial para a arte, e concentra uma coleção única de monumentos de séculos passados, e que preservam seus aspectos originais (UNESCO, WHC Nomination Documentation, 1978, tradução nossa).

Em se tratando de outra coleção única de monumentos de séculos passados, desta vez, sobre os Templos de Abu Simbel, na Núbia, a ata da 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris no ano de 1970, relata que

O desenvolvimento de Abu Simbel como um local turístico é contínuo. Uma missão da Unesco visitou Cairo e Abu Simbel entre os dias 5 e 19 de maio de 1969 para fazer recomendações aos governantes da República Árabe Unida a respeito de ações requeridas para implementar condições para pesquisas em Abu Simbel (UNESCO, General Conference, Sixteenth Session, 1970, p. 3, tradução nossa).

Assim sendo, em 1970, dois anos antes da criação da Convenção do Patrimônio Mundial, já havia interesse em manter o complexo de monumentos da Núbia como um local atrativo para os turistas. Tais monumentos ganharam importância e repercussão em seu processo de deslocamento por serem monumentos considerados como significativos para toda a humanidade. Constatação esta, feita ainda na década de 1960.

Nessa mesma direção, no documento referente à 17ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, a qual promulgou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, entre os dias 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, é possível perceber que o turismo cultural estava cotado para receber um significativo suporte financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)³, além de mencionar que o Rascunho da Convenção do Patrimônio Mundial já previa programas para o turismo cultural com o intuito de receber apoio financeiro e, com isso, gerar desenvolvimento econômico.

Seja em nível nacional ou internacional, a ajuda financeira para a preservação de bens culturais do primeiro tipo é mais fácil de se obter, o que não é surpreendente, tendo em vista a relação existente entre o patrimônio cultural e os recursos econômicos. O financiamento de um programa geral ou seccional para a preservação ou renovação de monumentos ou obras de interesse histórico ou artístico em nível nacional ou internacional já está sendo contemplado. Uma ação financeira desse tipo pode ser considerada, em termos econômicos, como uma adição ao valor de um investimento e com probabilidade de produzir resultados tangíveis. Esse tipo de investimento pode até ser visto como um fator no cálculo de custo-benefício. Sendo assim, o turismo cultural recebe um apoio financeiro bastante apreciável do UNDP (...), e o Rascunho da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural elaborado pela Unesco prevê programas de turismo cultural

para receber apoio financeiro (UNESCO, General Conference, Seventeenth Session, 1972, p. 66, tradução nossa).

O trecho acima enfatiza a existência da relação entre patrimônio e recursos econômicos já no início da década de 1970. Ademais, é notável como já era sentida a preocupação em relação ao estreitamento da relação entre turismo cultural e patrimônio por meio de políticas e de programas, como por exemplo o do UNDP. O que parece mover as intenções e motivações dos gestores patrimoniais da Unesco leva muito mais em conta os interesses econômicos e a busca por apoio financeiro, do que propriamente a preservação e conservação do bem patrimonial em si, a manutenção da sua identidade e o repasse dela para as gerações futuras.

Ainda sobre a 17ª Sessão da Conferência Geral, Valderrama (1995) afirma que esta recomendou aos Estados Membros da Unesco que baseassem suas políticas voltadas à preservação e ao desenvolvimento de culturas nacionais, bem como que deveriam “desenvolver o turismo nacional e internacional, tendo em vista a necessidade de proteger e salvaguardar culturas indígenas, monumentos e locais históricos” (VALDERRAMA, 1995, p. 212, tradução nossa).

O Rascunho do Programa e Orçamento da Unesco para o biênio de 1973 e 1974 também revela outro trecho interessante sobre a emergência do turismo nos debates envolvendo o patrimônio mundial. No terceiro capítulo do documento, que fala sobre Ciências Sociais, Humanidades e Cultura, mais especificamente na seção sobre Sítios e Monumentos, há a seguinte proposta de resolução:

O Diretor Geral está autorizado a promover a preservação e difusão de sítios, monumentos e paisagens representativas das civilizações da humanidade, particularmente aquelas que contribuem para o desenvolvimento do turismo: (a) fornecendo aos Estados-Membro assistência técnica sob a forma de serviços especializados, intercâmbios, documentação e equipamentos, e ajudando-os a garantir fontes de financiamento para projetos a serem executados com a assistência técnica da Organização; (b) realizando, em cooperação com organizações não governamentais internacionais, projetos operacionais para obter o apoio da geração mais jovem na preservação e difusão dos bens culturais; (...) (e) realizando, a pedido dos Estados Membros, projetos de campo para restaurar e preservar monumentos e sítios, bem como projetos de turismo cultural (UNESCO, Draft Programme and Budget for 1973-1974, 1972, p. 194, tradução nossa).

Ou seja, o Diretor-Geral da Unesco em 1972, René Maheu, estava autorizado a promover e incentivar a relação entre patrimônio e turismo no âmbito da

Organização a qual ele dirigia. Os sítios, monumentos e paisagens que deveriam ser preservados e difundidos – principalmente aqueles que contribuíssem para o desenvolvimento do turismo – já eram considerados como representativos das civilizações de toda a humanidade. A nomeação dos primeiros bens a serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial viria a acontecer apenas seis anos depois dessa fala de Maheu, em 1978. Todavia, em 1972, essa ideia de que determinados monumentos e sítios eram considerados como importantes de toda humanidade já era presente e difundida no âmbito da Unesco, o que contribuiu para que a Convenção do Patrimônio Mundial fosse promulgada no mesmo ano.

Entretanto, por que a Unesco, que é uma Organização voltada para a educação, a ciência e a cultura, como seu próprio nome já diz, volta seus esforços para o incentivo e desenvolvimento do turismo em parceria com o patrimônio? No texto da Convenção de 1972, mais especificamente no artigo 15, que trata sobre o Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, conhecido também como Fundo do Patrimônio Mundial, não há nenhuma menção explícita a investimentos voltados exclusivamente para o turismo patrimonial. Contudo, “o Comitê [do Patrimônio Mundial] pode aceitar contribuições destinadas a determinado programa ou a algum projeto específico, desde que a implementação desse programa ou a execução desse projeto tenham sido determinadas pelo Comitê” (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 11). Sendo assim, uma vez que o Comitê aprova algum projeto ou programa, seja voltado ao turismo ou não, ele está disposto a aceitar contribuições para ele.

Por outro lado, o perigo da aproximação entre patrimônio e turismo é, segundo o antropólogo Pérez, a sua impessoalidade, a “redução da atividade turística a um simples intercâmbio econômico. A alternativa é que o turismo cultural e a patrimonialização tenham como fins não só a rentabilidade econômica, mas um fim educativo e educador (...) e a sociabilidade” (PÉREZ, 2009, p. 164). O autor ainda continua dizendo que a melhor solução a ser encontrada nessa iminente conjuntura que aproxima turismo e patrimônio é encontrar um equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a rentabilidade social.

O momento e local exato em que se deu a emergência do turismo nos debates sobre patrimônio mundial talvez ainda não esteja completamente delineada aos pesquisadores. No entanto, tais debates envolvendo o patrimônio e o turismo já

estavam presentes no contexto de construção da Convenção do Patrimônio Mundial e na promulgação, propriamente dita, da mesma.

A seguir, analisar-se-á mais detalhadamente como foram travados os debates entre patrimônio e turismo especificamente no âmbito da Unesco.

O turismo com ênfase no patrimônio no âmbito da Unesco

A Unesco, através da criação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972, e, conseqüentemente, da instituição da Lista do Patrimônio Mundial no artigo 11 da mesma Convenção, contribuiu – intencionalmente ou não, para uma corrida ao status de patrimônio mundial, como afirma Paulo Peixoto (2002). Para o autor, essa corrida tem relação intrínseca com os interesses econômicos, pois, ao passo que as cidades são afirmadas como destinos turísticos consolidados, “o patrimônio converte-se numa grande indústria internacional” (PEIXOTO, 2002, p. 27). Segundo o sociólogo,

a ação desenvolvida pela Unesco no domínio da identificação de sítios naturais e de bens culturais, assim como a sua posterior inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, contribuiu enormemente para consolidar esta indústria; talvez de um modo não-intencional, mas, sem qualquer dúvida, de uma maneira efetiva (PEIXOTO, 2002, p. 28).

493

Todavia, seria essa ação da Unesco algo não intencional? De acordo com Valderrama (1995), um tema que ganhou espaço e atenção nas discussões do Conselho Executivo da Unesco em 1966 foi o turismo cultural. Segundo ele, a abordagem e os debates envolvendo o turismo cultural nesta reunião do Conselho “consistiam em incluir a conservação do patrimônio cultural como parte do desenvolvimento e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento através do turismo” (VALDERRAMA, 1995, p. 180, tradução nossa). O autor ainda completa que, “dentre outras atividades culturais, é importante mencionar (...) a preservação e difusão do patrimônio cultural em conexão com a promoção do turismo” (VALDERRAMA, 1995, p. 181, tradução nossa).

Percebe-se que, em 1966, data da reunião acima mencionada, a UNESCO ainda não havia promulgado a Convenção do Patrimônio Mundial. Esta viria a ser instituída pela Organização apenas seis anos depois, em 1972. Entretanto, é

interessante notar que os debates acerca da relação entre patrimônio e turismo já estavam presentes em reuniões como as do Conselho Executivo da Unesco.

Em sintonia com o que Fernando Valderrama expôs em seu livro sobre a história da Unesco, de 1995, o Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização, de 1968, disserta sobre a relação entre turismo e patrimônio, falando acerca dessa “nova abordagem” debatida na reunião do Conselho Executivo de 1966.

Segundo o Relatório do Diretor Geral da Unesco sobre as Atividades da Organização de 1968,

A partir das observações precedentes, a natureza excepcional das campanhas internacionais será suficientemente clara. Obviamente, elas não deverão se tornar muito numerosas. Para atender às crescentes solicitações dos Estados-Membros, enfrentando problemas materiais e financeiros que não puderam ser resolvidos por meio da assistência técnica, foi necessário encontrar um conceito e um método que permitissem produzir os recursos necessários nos próprios países e pelo ordinário processo de ajuda financeira internacional. A grande vantagem dessa nova abordagem, que, de comum acordo, foi chamada de turismo cultural, é, justamente, o fato de possibilitar essa normatização. Tudo isso foi aprovado pela primeira vez pelo Conselho Executivo, na sua 72^a sessão, que aconteceu em Budapeste (maio de 1966) e, posteriormente, foi adotado pela Conferência Geral, que, em sua última sessão, mostrou um grande interesse por ela [essa abordagem do turismo cultural]. Essa abordagem consiste em tornar a preservação do patrimônio cultural como uma parte do desenvolvimento, e auxiliar o desenvolvimento por meio do turismo (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. XXVII, tradução nossa).

No mesmo documento, René Maheu afirma que durante a 14^a sessão da Conferência Geral, foram discutidos “formas e meios através dos quais a Unesco poderia contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento da década. A Instituição aprovou uma resolução em que, entre outros, sugeriu-se implantar medidas para encorajar o turismo cultural” (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. 114, tradução nossa). Assim sendo, em termos de planejamento e de gestão a respeito da proteção patrimonial, o turismo passa a ser um valor e um recurso considerado pela Unesco.

Nesse sentido, é notável que essa aproximação entre patrimônio e turismo estava sendo incentivada dentro da Unesco. A resposta parece estar bem clara e relacionada com interesses econômicos através do desenvolvimento obtido através

das expectativas com o turismo. Também é possível delinear por quem esse relacionamento estava sendo incentivado: atores influentes dentro da Unesco, uma Organização que detém o chamado Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2006).

Em se tratando do DAP, Smith (2006) alega que ele “concentra atenção sobre objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis que as atuais gerações ‘devem’ cuidar, proteger e reverenciar de modo que possam ser transmitidos às (...) futuras gerações” (SMITH, 2006, p. 29) com o intuito, também, de educá-las.

Entretanto, muito antes de Laurajane afirmar que a Unesco coloca como imperativo a preservação patrimonial para as futuras gerações, o Diretor Geral da Unesco em 1972, René Maheu, já via na salvaguarda patrimonial não só um instrumento necessário à educação das futuras gerações, mas também um aliado que, junto ao turismo, iria gerar renda e desenvolvimento econômico. Segundo ele,

Para além ou por trás desse sucesso (a aproximação da ideia de patrimônio cultural com o natural), ainda existem grandes problemas não resolvidos. Estes podem ser resumidos em uma frase como ‘a necessidade de ir além do turismo cultural’. Nos últimos 6 ou 8 anos, a Organização tem feito um útil trabalho na promoção da preservação e difusão do patrimônio cultural para grandes públicos, usando o conceito ou dispositivo do “turismo cultural” (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1972, 1974, p. 145, tradução nossa).

Através dessa aproximação entre patrimônio e turismo, vislumbrada na fala do diretor geral da Unesco a respeito das atividades da Organização sobre o ano em que foi promulgada a Convenção do Patrimônio Mundial, percebe-se que os gestores patrimoniais da época, aqueles que detinham poder sobre o DAP, enxergavam no turismo uma forma de gerenciamento bem-sucedida do patrimônio, pois além de manter o bem patrimonial debaixo de políticas preservacionistas, ainda se tinha crescimento econômico.

Entretanto, o reconhecimento de um bem como patrimônio mundial é uma bênção ou um fardo? A respeito dessa pergunta é que as autoras Josephine Caust e Marilena Vecco (2017) desenvolveram seu artigo. Segundo as autoras, a insígnia da Unesco que reconhece e oficializa um bem como patrimônio mundial “é uma importante ferramenta de marketing para o turismo mundial, e a sua presença

garante muito mais visitantes a um local que possui o reconhecimento da Unesco (de patrimônio mundial)” (CAUST; VECCO; 2017, p. 2, tradução nossa).

Por outro lado, esse fluxo intenso de turistas já era tópic de consternação por parte dos gestores patrimoniais da Organização em 1974.⁴ Contudo, na Conferência Geral da Unesco de 1974, René Maheu, diretor geral da Organização à época, escreve que

O desenvolvimento do turismo cultural tem permitido aos Estados Membros financiar a conservação e preservação de certos monumentos e sítios; mas quando o fluxo de turistas excede um certo limite, isso pode ter consequências no contexto sociocultural, causando mudanças que podem ameaçar os valores culturais (UNESCO, Approved Programme and Budget for 1975-1976, 1974, p. 24, tradução nossa).

Essa preocupação com o fluxo de turistas e as consequências que isso poderia causar para o bem patrimonial parece que não surtiu um efeito tão alarmante quanto a preocupação em gerar desenvolvimento econômico para que o sítio tenha as condições necessárias para ser gerido e sustentado financeiramente.

A respeito disso, Cameron e Rössler (2013), afirmam que durante o período em que estavam escrevendo seu livro sobre a Convenção do Patrimônio Mundial, entre os anos de 2005 a 2013,

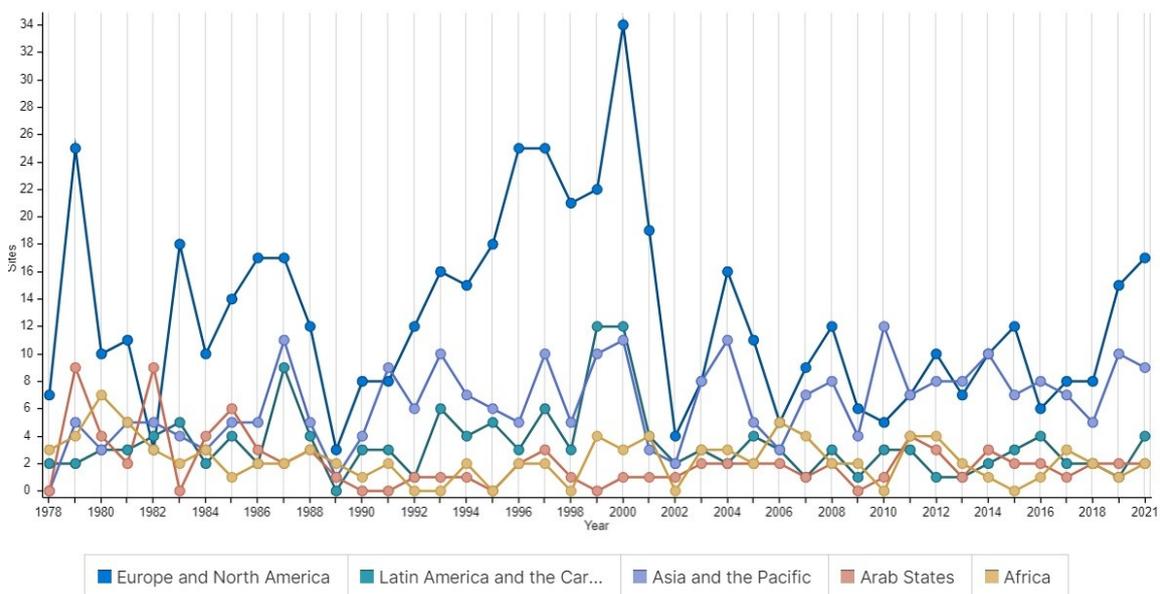
O turismo em massa passou a ser visto como uma força negativa para a conservação de locais do patrimônio mundial. Nos primeiros anos da implementação (da Convenção), isso não era uma preocupação importante, e as questões de gestão (do patrimônio) relacionadas ao turismo eram raras. O turismo (em massa) não era o desastre que, posteriormente, veio a se tornar. No começo, isso não era nem sequer discutido. Muito pelo contrário, o turismo era usado para que os patrimônios mundiais fossem mais conhecidos. Os gestores patrimoniais consideravam o turismo como a chave da gestão patrimonial (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 234, tradução nossa).

Sendo assim, conforme as autoras, nos anos iniciais da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, não havia uma preocupação exacerbada quanto aos efeitos e consequências que o fluxo excessivo de turistas poderia causar a um bem denominado como mundial pela Unesco.

Sobre este movimento exponencial de crescimento e valorização patrimonial, Hartog (2006) afirma que, após a queda do Muro de Berlim (1989) e do fim da

Guerra Fria (1990), instaurou-se um processo de patrimonialização galopante no mundo ocidental, mais especificamente na Europa. Neste momento, conforme atesta o historiador François Hartog (2006), houve um movimento de extensão e de universalização da noção e das tipologias de patrimônio.

Complementando as ideias expostas de Hartog (2006), Peixoto (2002), em seu artigo sobre a corrida ao status de patrimônio mundial, escreve que o reconhecimento de um bem patrimonial considerado como mundial pela Unesco, que acontece anualmente desde 1978, “permite demonstrar que a última década do século XX fica marcada, ao nível de políticas urbanas, por uma clara intensificação dos processos de patrimonialização e por uma corrida a esse status da Unesco” (PEIXOTO, 2002, p. 23) (imagem nº 1). O sociólogo ainda afirma que essa “competição” se torna mais acirrada principalmente entre os países europeus, os quais, segundo o *site* da Lista do Patrimônio Mundial⁵, detêm o maior montante de patrimônios considerados mundiais pela UNESCO.



Fonte: World Heritage List Statistics. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/stat/#d6>.

FIGURA 1
Número de bens do patrimônio mundial inscritos anualmente por região

Em sintonia com Hartog (2006) e Peixoto (2002), Cameron e Rössler (2013), expõem em seu livro uma fala de Michel Parent (presidente do ICOMOS entre os anos de 1981 a 1987, atuando também como um dos *experts* da Unesco e membro do Comitê do Patrimônio Mundial⁶), quando este afirma que a Lista do Patrimônio Mundial não deveria ter se tornado algo a ser disputado competitivamente entre homens influentes de diferentes países, mas deveria, por outro lado, servir como um instrumento para concentrar e salvaguardar os patrimônios fabricados por esses homens (CAMERON; RÖSSLER, 2013). Ademais, segundo as autoras,

No período até o ano de 2000, a Lista do Patrimônio Mundial cresceu de um modesto início com 12 sítios em 1978 para centenas de inscrições, à medida que a participação global aumentou, bem como com o crescente entusiasmo em obter a estimada marca de Patrimônio Mundial (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 45, tradução nossa).

Conforme as inscrições e nomeações iam crescendo e se tornando mais volumosas, alguns problemas começaram a surgir. Problemas estes relacionados ao tamanho da Lista (eventualmente, todos os patrimônios se tornarão mundiais?); ao balanço entre o número de bens considerados culturais e bens considerados naturais (o número de bens considerados culturais é significativamente maior do que o número de bens considerados naturais. Isso sem contar os bens considerados mistos); e, também, problemas relacionados às consequências que o turismo poderia causar aos bens patrimoniais (CAMERON; RÖSSLER, 2013).

Para Caust e Vecco (2017), o reconhecimento do status de patrimônio mundial por parte da UNESCO confere ao bem um reconhecimento não só em nível nacional, mas também em nível internacional. “Embora o reconhecimento nomeie algo como único no mundo, ele também chama a atenção do mundo para sua singularidade” (CAUST; VECCO; 2017, p. 3, tradução nossa). Através desse holofote que a chancela de patrimônio mundial gera em um bem, os estados nacionais “ficam em excelente posição para comercializá-lo como um destino turístico especial e atrativo” (CAUST; VECCO; 2017, p. 3, tradução nossa).

O motivo do interesse por parte das nações de nomear seus bens e sítios patrimoniais como mundiais recai novamente nas questões envolvendo benefícios econômicos. “Estar na Lista (do Patrimônio Mundial) da Unesco é altamente desejado por diversos atores, pois isso traz notoriedade e receita monetária” (FREY; STEINER, 2011, p. 560, tradução nossa). Mas quem são esses atores e por que eles

se interessam tanto em transformar um patrimônio ao status de mundial? Frey e Steiner (2011) alegam que o processo de nomeação de um bem a patrimônio mundial é “altamente politizado, já que muitos representantes políticos (...) dos países consideram uma conquista que vale a pena, da qual eles lucram pessoalmente” (FREY; STEINER, 2011, p. 560, tradução nossa). Possivelmente, os interesses econômicos envolvidos na aproximação e incentivo da relação entre patrimônio e turismo são superiores aos interesses de preservar e salvaguardar o patrimônio por causa da sua importância em si mesmo.

Mas será que a “elevação” de um patrimônio ao patamar de mundial, com o reconhecimento da Unesco, torna o bem automaticamente e certamente autossustentável e passível de gerar superávits em suas receitas por causa do suposto aumento de visitantes e turistas em função da marca de patrimônio mundial obtida? Segundo Fauconberg, Berthon e Berthon (2017), “apesar do prestígio global significativo e da forte presença da marca, os patrimônios incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco permanecem subfinanciados, muitos incapazes de se autossustentar” (FAUCONBERG; BERTHON; BERTHON, 2017, p. 1, tradução nossa). Segundo os autores, são poucos os bens incluídos na Lista que conseguem compensar completamente os custos necessários à sua gestão e manutenção apenas através da receita turística. Ainda há os casos em que são necessários “reparos adicionais devido aos danos dos visitantes que excedem a capacidade do sítio” (FAUCONBERG; BERTHON; BERTHON, 2017, p. 1, tradução nossa).

Contudo, essas informações de que a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco pode vir a causar mais prejuízo do que lucro, ou são ignoradas pelos Estados, ou nem sempre divulgadas pela mídia, pois a inscrição de bens na Lista cresceu consideravelmente desde a sua criação, em 1978. Ou ainda, o motivo pelo aumento no número de inscrições de sítios na Lista do Patrimônio Mundial pode ser justificado também pelo desejo de proteção e salvaguarda do bem em questão. Entretanto, a partir das bibliografias utilizadas nesta pesquisa, e, também da documentação obtida nos Arquivos da Unesco, não é a esta última opção de justificativa que chegamos à conclusão. Os interesses econômicos e a expectativa de que o turismo gere lucros está, na maioria das vezes, incluído no processo de nomeação de um patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

A respeito disso, Meskell *et al.* afirmam que

o reconhecimento e a marca de Patrimônio Mundial simbolizam muito mais do que a proteção do sítio em si. De fato, os problemas relativos à conservação e gerenciamento são cada vez mais marginalizados. A Lista fornece um índice de outras preocupações abrangentes que reforçam a modernidade e a boa governança, a legitimação internacional, o turismo e desenvolvimento, parcerias políticas e econômicas e assim por diante (MESKELL *et al.*, 2015, p. 463, tradução nossa).

Questiona-se, então: para quem e por que patrimônio mundial e turismo? A partir da fala de Meskell *et al.* (2015) pode-se perceber que “os problemas relativos à conservação e gerenciamento (dos bens) são cada vez mais marginalizados”, ou seja, prioriza-se os lucros e o desenvolvimento econômico do país, cidade ou localidade onde o bem está localizado, deixando as preocupações com a salvaguarda do patrimônio em si, à margem da situação. Sendo assim, as “outras preocupações”, descritas na fala de Meskell acima exposta, como por exemplo o turismo e o desenvolvimento, tomam lugar no centro dos debates.

Estas discussões envolvendo os debates relativos à salvaguarda patrimonial e aos interesses econômicos implícitos (ou explícitos) na relação entre patrimônio e turismo, também são problematizados em outro artigo de Lynn Meskell. Segundo a autora, nesse cenário envolvendo patrimônio e turismo, é possível “identificar as armadilhas do turismo global que acompanham a inscrição e a subsequente colisão com a conservação do patrimônio” (MESKELL, 2016, p. 9, tradução nossa).

Até aqui, percebe-se que a relação entre patrimônio e turismo é conturbada e está longe de ser perfeita, pacífica e sem complicações. Em um dos documentos digitalizados nos Arquivos da Unesco, que diz respeito às Diretrizes de Gestão para Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial, publicado em 2000 pela Organização, há menção de um estudo de caso envolvendo imbricamentos entre a comunidade tradicional que vive nas terras patrimoniais e os turistas.

O estudo de caso diz respeito ao *Uluru Kata-Tjuta National Park*, um parque nacional considerado patrimônio mundial pela Unesco em 1987, como um patrimônio de caráter natural, e, a partir de 1994, foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial como sendo de caráter misto, ou seja, seu caráter cultural

também foi reconhecido e incorporado ao viés natural, transformando o Parque Nacional em um bem patrimonial considerado como misto pela Lista.

O *Uluru Kata-Tjuta National Park* fica localizado na Austrália, mais especificamente, no deserto central australiano, e contém 1.326 km² de área. Suas duas principais atrações são a *Uluru* (318 metros de altura e quase 10 quilômetros de circunferência) e a *Kata-Tjuta* (516 metros de altura e 22 quilômetros de circunferência), ambas formações rochosas imponentes. Oficialmente, o nome do Parque é *Uluru Kata-Tjuta* por ser de origem aborígene e porque esse povo é considerado os donos tradicionais do Parque Nacional.

Em se tratando da questão de posse das terras, em 1985 o governo australiano devolveu a propriedade que abriga o Parque Nacional aos aborígenes. Estes, por sua vez, arrendaram de volta ao governo australiano pelo período de 99 anos como Parque Nacional. Ou seja, até o ano de 2084, o Parque é oficialmente propriedade aborígene, mas estará arrendado ao governo da Austrália.

Uma das principais reivindicações do povo *Anangu* – nome do povo aborígene que detêm as terras do Parque Nacional – sobre os turistas que visitam o Parque⁷ diz respeito à escalada na *Uluru*. Por considerarem a Rocha sagrada, o ato de escalá-la se torna profano para os aborígenes, que desaprovam tal prática. Entretanto, só a partir do dia 26 de outubro de 2019 é que a escalada foi proibida legalmente. Até então, os turistas não eram impedidos por lei de escalarem a *Uluru*, mesmo que a comunidade tradicional que ali vive não aprovasse tal prática.

No documento das Diretrizes de Gestão para Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial, publicado em 2000 pela Unesco, a frase que explicita tal embate entre a comunidade tradicional e os turistas é a seguinte:

Os Anungu não querem que os turistas subam ao topo do ‘The Rock’, pois ele é considerado um lugar sagrado segundo suas crenças e pode ser profanado pelos visitantes. Entretanto, eles não proíbem essa prática e, em vez disso, pedem aos visitantes que façam caminhadas alternativas. O plano de gerenciamento legal não proíbe a escalada, mas restringe a rota e fornece alternativas em torno da base da rocha (UNESCO, Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes, 2000, p. 76, tradução nossa).

Em 1974, na 18ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, conforme o documento relativo ao Programa e Orçamentos da Organização aprovados para o biênio de 1975-1976 (já foi citado anteriormente), o Diretor Geral da Unesco na época, René Maheu, já vislumbrava a preocupação de que o turismo poderia vir a causar consequências no contexto sociocultural do sítio em questão, ao ponto de alterar os valores socioculturais da comunidade local que vive ao entorno do bem.

No caso do *Uluru Kata-Tjuta National Park*, supondo que os valores e crenças que a comunidade tradicional possui continuam os mesmos, até que ponto a vida neste patrimônio vale a pena em troca do reconhecimento da Unesco na Lista do Patrimônio Mundial?

De acordo com Frey e Steiner (2011), um dos efeitos negativos mais impactantes que a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio pode causar é a atenção que o sítio em questão passa a ganhar em um cenário não só mais local, regional ou nacional, mas sim, mundial. Além disso, os autores também alegam que, para o bem patrimonial em si, a arrecadação de recursos financeiros e todo o fluxo de turistas consequente disso em função da “fama” obtida por causa da insígnia de Patrimônio Mundial da Unesco é considerada como algo negativo. Todavia, para os atores envolvidos nesse processo e que lucram com a nomeação e a consequente atenção e obtenção de recursos financeiros do patrimônio nomeado como mundial, isso é vislumbrado como algo positivo. “A indústria do turismo entende bem o fato de que não estar na Lista é uma desvantagem considerável para sua publicidade” (FREY; STEINER, 2011, p. 563, tradução nossa).

Considerações finais

Sendo assim, como conciliar patrimônio e turismo? De que maneira as relações entre essas duas instâncias poderiam ser administradas com equilíbrio, sem que haja perdas para ambos os lados? No prefácio do Manual Prático para o Gerenciamento do Turismo em Patrimônios Mundiais, publicado pela Unesco no ano de 2002, Francesco Bandarin, secretário da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco em 1972, tenta responder a essas perguntas. Segundo Bandarin, não há dúvida de que a nomeação de um bem à categoria de patrimônio mundial está

intrinsecamente conectada ao aumento do fluxo de turistas no mesmo local. De fato,

A crença de que os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos e que deveriam ser preservados para as futuras gerações é o princípio mais importante em que a Convenção do Patrimônio Mundial está baseada. Então como nós mesclamos nossas convicções com nossas preocupações com o impacto do turismo nos sítios do Patrimônio Mundial? A resposta é: através do turismo sustentável. Direcionar os governantes, os gestores patrimoniais e os visitantes para as práticas do turismo sustentável é a única maneira de garantir a proteção do patrimônio cultural e natural do nosso mundo (PEDERSEN, 2002, p. 3, tradução nossa).

A solução que Bandarin propôs para as relações paradoxais entre patrimônio e turismo é o turismo sustentável. Todavia, os caminhos a serem trilhados entre a ideia e a concretização, entre a teoria e a prática, são longos e, muitas vezes, difíceis de serem percorridos, pois neste cenário estão envolvidos muitos atores, jogos de poder e influências monetárias.

A Unesco, através da fala de René Maheu no Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização em 1972, explica e defende o investimento em políticas incentivadoras da relação entre patrimônio e turismo, quando afirma que:

503

A justificativa para 'turismo cultural' (...) é que para as nações em desenvolvimento ou para as agências de financiamento internacionais que provêm verba para a preservação e difusão de tais monumentos, mata-se dois pássaros com uma só pedra: ele (o turismo cultural) preserva e torna viável, tanto para a presente geração como para a posteridade, importantes elementos do patrimônio cultural da humanidade, e, através disso, tem-se crescimento econômico (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1972, 1974, p. 145, tradução nossa).

Logo, uma vez que a associação do turismo com o patrimônio ajuda a preservar os bens para a posteridade e para a educação das futuras gerações, educa-se por meio do turismo, o qual se torna um dispositivo e uma estratégia inclusive para a educação. Ademais, a união entre patrimônio e turismo também é vislumbrada como positiva, porque, além de tornar viável a preservação e conservação do bem, há crescimento e desenvolvimento econômico, notadamente para as nações em desenvolvimento, como também para as agências de financiamento internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial.⁸

Assim sendo, para que patrimônio e turismo? Até aqui, a resposta pode ser entendida como sendo para lucros e desenvolvimento econômico. E por que patrimônio e turismo? A resposta vai na mesma direção da primeira pergunta, reiterando a fala de René Maheu em seu Relatório sobre as Atividades da Unesco de 1972: com a aproximação entre patrimônio e turismo, “mata-se dois pássaros com uma só pedra”: garante-se a preservação do bem para as presentes e futuras gerações, à medida que também gera crescimento econômico, o que torna viável a gestão patrimonial.

As leituras e análises feitas em cima de bibliografias, mas, principalmente, das fontes primária obtidas na Unesco, mostraram uma relação, por vezes, paradoxal entre turismo e patrimônio no âmbito que concerne à tal Unesco. Sendo assim, ora um é visto como aliado do outro, e, outrora, são considerados como maléficos para a relação. Salienta-se, ainda, que não está se considerando tal relação como algo dualista e binário, mas sim, como uma relação passiva de oscilações de acordo com cada caso, especificamente.

NOTAS

- ¹. A pesquisa realizada para a construção do artigo em questão conta com o financiamento da UNIEDU/FUMDES.
- ². Os doze primeiros bens considerados patrimônios mundiais em 1978 são: a Catedral de Aachen (Alemanha), a Cidade de Quito (Equador), Ilhas de Galápagos (Equador), o Centro Histórico de Cracóvia (Polônia), a Ilha de Gorée (Senegal), o Sítio Histórico Nacional de L'Anse aux Meadows (Canadá), o Parque Nacional Mesa Verde (EUA), o Parque Nacional Nahanni (Canadá), as Igrejas de Rock-Hewn (Lalibela, Etiópia), o Parque Nacional Simien (Etiópia), as Minas de Sal Real de Wieliczka e Bochnia (Polônia), e o Parque Nacional de Yellowstone (EUA) (*World Heritage List*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/&order=year>).
- ³. O *United Nations Development Programme* – UNDP, é um programa da Organização das Nações Unidas – ONU, que tem como objetivo levar o desenvolvimento às nações do mundo e, com isso, erradicar a pobreza. Atualmente, o Programa atua em 170 países, contribuindo para a redução das desigualdades e da exclusão. Sua missão é trabalhar para erradicar a pobreza e proteger o planeta através da sustentabilidade. Disponível em: <https://www.undp.org/>.
- ⁴. Importante salientar que em 1974, já havia se passados dois anos da promulgação da Convenção do Patrimônio Mundial. Todavia, os primeiros bens a serem nomeados como patrimônios mundiais pela Unesco tiveram seu reconhecimento apenas em 1978, quatro anos após essa fala de René Maheu.
- ⁵. *Interactive Map*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/interactive-map/>.
- ⁶. *In Memoriam: Michel Parent*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/news/517>.

7. Aproximadamente 250 mil turistas visitam o Parque Nacional *Uluru Kata-Tjuta* anualmente. Disponível em: <https://parksaustralia.gov.au/uluru/>.
8. O Banco Mundial foi criado em 1944 e tem sede em Washington, D.C., EUA. “O Banco Mundial é uma fonte vital de assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento ao redor do mundo. Não somos um banco no sentido comum, mas uma parceria única para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento” (WORLD BANK, 2020). Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>.

REFERÊNCIAS

BANDARIN, Francesco. Foreword. In: *The Politics of World Heritage: Negotiating Tourism and Conservation*. Clevedon: Current Issues in Tourism, 2005.

BERTACCHINI, Enrico *et al.* The politicization of UNESCO World Heritage decision making. *Public Choice*, v. 167, n. 1-2, p. 95-129, 2016.

CAMERON, Christina; RÖSSLER, Mechtild. *Many Voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention*. New York: Routledge, 2013.

CAUST, Josephine; VECCO, Marilena. Is UNESCO World Heritage recognition a blessing or burden? Evidence from developing Asian countries. *Journal Of Cultural Heritage*, v. 27, p. 1-9, 2017.

COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX. *Finisterra*, v. XLVII, n. 93, p. 5-28, 2012.

FAUCONBERG, Ariel de; BERTHON, Pierre; BERTHON, Jean Paul. Rethinking the marketing of World Heritage sites: giving the past a sustainable future. *Journal Of Public Affairs*, v. 18, n. 2, p.1-7, 2017.

FREY, Bruno S.; STEINER, Lasse. World Heritage List: does it make sense? *International Journal of Cultural Policy*, v. 17, n. 5, p. 555-573, 2011.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Revista Varia História*, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

ICOMOS. *Advisory Body Evaluation*. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. Paris, 1978.

LOWENTHAL, David. *The heritage crusade and the spoils of history*. New York: Free Pass, 1996.

MESKELL, Lynn; LIUZZA, Claudia; BROWN, Nicholas. World Heritage Regionalism: UNESCO from Europe to Asia. *International Journal of Cultural Property*, v. 22, n. 4, p. 437-470, 2015.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. *Veredas: Revista Científica de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 23-45, 2002.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. *Turismo cultural: uma abordagem antropológica*. El Sauzal: Aca y Pasos, 2009.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Routledge, 2006.

UNESCO. *Approved Programme and Budget for 1975-1976*. Paris, 1974.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris, 1972.

UNESCO. *Draft Programme and Budget for 1973-1974*. Paris, 1972.

UNESCO. *General Conference: Sixteenth Session*. Paris, 1970.

UNESCO. *General Conference: Seventeenth Session*. Paris, 1972.

UNESCO. *Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes*. Paris: UNESCO, 2000.

UNESCO. *Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968*. Paris, 1969.

UNESCO. *Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1972*. Paris, 1974.

UNESCO, *WHC Nomination Documentation*, Cracov's Historical and Architectural Urban Centre. Paris, 1978.

VALDERRAMA, Fernando. *A history of UNESCO*. Paris: UNESCO, 1995.

Valéria Fernanda Serpa Steinke é Doutoranda e Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade e Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU/FUMDES.

Ilanil Coelho é Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é Vice-coordenadora do Curso de História da Univille. É líder do grupo “Cidade, Cultura e Diferença” (CNPq).

Fernando Cesar Sossai é Professor do Curso de História e dos programas de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e em Educação da Universidade da Região de Joinville (Univille). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduado em História pela Univille. Coordena o Centro Memorial e o Laboratório de História Oral da Univille. Coordena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Univille (PIBID). Presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Diretor da Associação

Nacional de História-Seção Santa Catarina (ANPUH-SC). É vice-líder do grupo “Cidade, Cultura e Diferença” (CNPq).

Como citar:

STEINKE, Valéria Fernanda Serpa; COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. O turismo na construção da ideia de patrimônio mundial (Unesco, 1960-1980). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 1, p. 486-507, jan./jun. 2023. Disponível em: pem.assis.unesp.br.